



EDIÇÃO 001 - JULHO DE 2012

SEMINÁRIO DEBATE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA



FOTO: BETO OLIVEIRA

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara realizou, no dia 28 de junho, o Seminário “Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia”. Durante os debates, representantes de órgãos ligados à pesquisa criticaram a falta de estratégias para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Segundo eles, existem dificuldades na atração de capital humano e amarras legais que impedem o uso dos recursos da biodiversidade.

Como forma de eliminar os entraves, o deputado Sibá Machado (PT-AC), que

propôs o seminário, defendeu a aprovação da proposta que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sibá Machado sugeriu ainda que as propostas apresentadas no seminário sejam colocadas em relatório.

O presidente da CCTCI, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou que é preciso direcionar recursos dos royalties do petróleo para fomentar pesquisas e o desenvolvimento da Amazônia e defendeu a ampliação do programa “Ciência sem Fronteiras” e a efetiva aplicação dos recursos do FUST – Fundo

de Universalização dos Serviços de Telecomunicação.

O deputado Newton Lima (PT-SP) disse que se quiser transformar a Amazônia num exemplo de desenvolvimento sustentável para todo o mundo, o País precisa considerar a educação e a ciência e tecnologia como áreas estratégicas. Já o deputado Francisco Praciano (PT-AM) criticou o excesso de discursos e lamentou a falta de ações concretas de governo.

O Seminário “Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia” foi realizado em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura (CEC) e a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR).

APROVAMOS

✓ Proposta que obriga as empresas de internet banda larga a oferecer, em seus sites, um sistema de consulta de demandas aos clientes. O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Aureo (PRTB-RJ) ao projeto de lei 190/11 do deputado Welinton Prado (PT-MG).

✓ Projeto de lei 7759/10, do ex-senador Renato Casagrande, que estabelece a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar a contribuição devida ao FUST pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. O texto aprovado é parecer apresentado pelo relator, deputado Fábio Ramalho (PV-MG).

✓ Projeto de lei 3021/2011, do deputado Rubens Bueno (PPS-RS), que prolonga indefinidamente a isenção de PIS/Pasep e Confins incidentes sobre a venda de computadores para pessoas acima de 60 anos. O projeto foi relatado pelo deputado Sandro Alex (PPS-PR).

*Tramita na Câmara a proposta que cria o
Código Nacional de Ciência Tecnologia e
Inovação (PL 2177/11)*

TELEFONIA CELULAR NAS RODOVIAS É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O projeto de lei (PL 465/11) que torna obrigatória a cobertura da telefonia celular ao longo das rodovias federais foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) no dia 29 de maio. O debate foi proposto pelo deputado Augusto Coutinho (DEM-PE), sob a justificativa de que a maior parte das rodovias federais não conta com assistência de cobertura celular, o que é incompatível com as grandes distâncias que caracterizam o Brasil.



FOTO: LEONARDO PRADO

Participaram da audiência o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy; e o superintendente de Serviços Privados da ANATEL, Bruno de Carvalho Ramos.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS APROVADAS

Requerimento 134/12, da deputada Luiza Erundina – Debate sobre a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros, promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente.

Requerimento 136/12, do deputado Sibá Machado - Debate sobre a dignidade humana e os meios de comunicação e a constituição de um Grupo de Trabalho para tratar sobre o tema.

Requerimento 137/12, do deputado Sandro Alex – Debate sobre as questões de tecnologia, inovação, treinamento e manutenção na aviação.

Requerimento 139/12, do deputado Ruy Carneiro – Os desafios legais, econômicos e sociais relativos à Proteção de Dados Pessoais e Privacidade no Brasil.

Requerimento 140/12, da deputada Luciana Santos – Análise das formas de financiamento de Mídias Alternativas.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática promoveu, no dia 03 de julho, audiência pública para debater o Projeto de Lei 5921/01, do deputado licenciado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), que proíbe a publicidade destinada a vender produtos infantis. A proibição irrestrita foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor, porém rejeitada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A iniciativa do debate foi dos deputados Salvador Zimbaldi (PDT-SP) e Júlio Campos (DEM-MT).



FOTO: ALEXANDRA MARTINS

CRIMES DIGITAIS



FOTO: ALEXANDRA MARTINS

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara aprovou, no dia 23 de maio, a proposta que amplia as leis brasileiras para que possam incluir os crimes digitais – o PL 84/99. O texto aprovado é de autoria do deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que modificou relatório apresentado anteriormente, retirando itens considerados mais polêmicos.

Entre as tipificações criminais previstas no texto estão a clonagem de cartões de crédito e o racismo praticado pela internet, além de crimes de ordem militar.

A proposta também estabelece a criação de delegacias especializadas no combate aos ciberdelitos. O texto será votado ainda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário da Câmara. Depois de aprovado, segue para sanção presidencial.